

AS CONTRIBUIÇÕES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO SISTEMA DE ENSINO DA CIDADE DE SOBRAL

Carmemsilva Bezerra Gomes¹
Israela Melo Alves²
Josenice Vasconcelos Martins³
Amanda Gêssica Mesquita Ramos⁴

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho compreende analisar as contribuições socioeducativas do Centro de Educação Infantil para o desenvolvimento das crianças que frequentam este modelo de instituição no sistema de ensino de Sobral, localizado no estado Ceará. Diante do exposto, o estudo foi desenvolvido a luz de alguns autores tais como: Kuhlmann Júnior (1988); Zilma Oliveira (1996); Maria Campos, Fúlvia Rosemberg e Isabel Ferreira (1995) assim como documentos da Secretária de Educação de Sobral. Este trabalho caracteriza-se como sendo uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, tendo como principal fonte de pesquisa artigos de revistas científicas. Os resultados obtidos revelaram que o compromisso da gestão municipal e escolar de Sobral, mesmo frente a uma realidade marcada por contradições, é capaz de proporcionar transformações significativas no desenvolvimento socioeducativo das crianças atendidas nas instituições de Educação Infantil. Todavia, percebeu-se que infelizmente as crianças do infantil ainda não estão sendo atendidas de forma censitária pela rede de ensino, mas que após os resultados exitosos da proposta, a iniciativa só tende a se ampliar dentro do sistema de ensino. Portanto, se pode afirmar que a educação de Sobral já compreendeu e busca consolidar a importância de se valorizar a infância como processo fundamental para o desenvolvimento humano, pois é durante este período que as crianças constroem seus valores, o cognitivo, as relações sociais e afetivas, de modo que qualquer criança independente de seu contexto socioeconômico tem o direito de desfrutar de forma plena e integral do seu direito de ser e estar no mundo.

Palavras-chave: Sistema de Ensino, Educação Infantil, Política Pública Educacional.

INTRODUÇÃO

O reconhecimento da infância e da criança como sujeito de direito a partir de estudos do século XX no mundo, fez com que o Brasil a partir da Constituição de 1988 também olhasse a criança não só como uma responsabilidade da família, mas também do Estado. Nesse sentido, políticas públicas específicas, foram criadas para proteção e ensino à criança, assim como, as primeiras instituições de ensino destinadas ao atendimento deste público de 0

¹ Graduada do Curso de Pedagogia Universidade Estadual Vale do Acaraú, carmem.bezerragomes@gmail.com;

² Pós-Graduada em Psicologia Clínica da Faculdade de Quixeramombi, israela_melo@hotmail.com

³ Pós-Graduada em Psicologia Clínica da Faculdade de Quixeramombi, josenice_vasconcelos@hotmail.com

⁴ Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú, amanda.gmr@hotmail.com

a 6 anos na modalidade de educação infantil, definida como a primeira etapa da educação básica, juntamente com o ensino fundamental e o ensino médio, como decreta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96).

No entanto, compreende-se que no Brasil há uma grande dificuldade de gestão governamental de aplicar os direitos garantidos em Constituição na prática. Pensando nisso, o presente trabalho de pesquisa concentra suas investigações em discutir sobre a importância dos Centros de Educação Infantil (CEI) como meio de garantir e promover os direitos assegurados constitucionalmente à infância em comunidades com situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Nesse sentido, o interesse epistemológico do estudo surge em detrimento da experiência exitosa da implementação de Centros de Educação Infantil no município de Sobral, localizado no estado do Ceará, na qual a cidade é destaque atualmente como sendo um modelo educacional para o país. Nesse contexto, a iniciativa da Secretaria de Educação do município compreende um panorama em que a maioria das crianças atendidas correspondem a um cenário de vulnerabilidade socioeconômica, uma vez que essas crianças fazem parte de um contexto familiar que encontra-se marginalizado socialmente, sobrevivendo com o mínimo das condições básicas, pouca instrução educacional e dominado pela violência e drogas.

Desse modo, o objetivo desse estudo buscou analisar as contribuições do Centro de Educação Infantil para o desenvolvimento das crianças que frequentam este modelo de instituição no sistema de ensino de Sobral-CE. Sendo esta uma política pública educacional de atenção à criança que busca promover e melhorar a educação e a cooperação no âmbito social, emocional e cognitivo entre os sujeitos.

Diante do exposto, o estudo foi desenvolvido a luz de alguns autores tais como: Kuhlmann Júnior (1988); Zilma Oliveira (1996); Maria Campos, Fúlvia Rosemberg e Isabel Ferreira (1995); Jani Moreira e Angela Lara (2012). Além de artigos da Constituição Federal Brasileira (1988), e documentos da Secretária de Educação de Sobral.

METODOLOGIA

A metodologia da referida pesquisa caracteriza-se como sendo uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo. Dessa forma, de acordo com Treinta et al (2011) durante o processo de investigação qualitativa cabe ao pesquisador estabelecer uma estratégia de

pesquisa bibliográfica que promova a identificação dos principais trabalhos diante a grande quantidade de possibilidades que abrangem a produção científica no mundo. Nesse sentido, se faz necessário constituir as fronteiras do conhecimento provenientes dos trabalhos científicos encontrados.

Para Augusto et al (2013, p. 748) discutir as características da pesquisa qualitativa, chama atenção para o fato de que, “na perspectiva qualitativa, o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador, o principal instrumento, sendo que os dados coletados são predominantemente descritivos”.

Nesse caso, o percurso metodológico da pesquisa baseou-se na leitura de artigos encontrados em revistas eletrônicas, na qual os pesquisadores procuraram assegurar que os artigos estivessem primeiramente alinhados ao tema e que atendessem a critérios de qualidade apresentados pela sociedade acadêmica. Assim sendo, os resultados e discussões do presente estudo compõe uma série de discussões teóricas sob a concepção de três tópicos importantes: “Breve histórico do surgimento das instituições educacionais destinadas às crianças”; “Políticas Públicas para Educação Infantil no Brasil” e “Os Centros de Educação Infantil como Políticas Públicas Educacionais e a Primeira Infância no sistema de ensino de Sobral”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Breve histórico do surgimento das instituições educacionais destinadas às crianças

Segundo Kuhlmann (1998), a história das instituições de educação infantil estabelece uma estreita relação com questões que se referem à história da infância, da sociedade, da família, da religião, do trabalho e urbanização, entre outras dimensões.

De acordo com Ariés (1981) desde a antiguidade, mulheres e crianças eram consideradas seres inferiores que não mereciam nenhum tipo de tratamento diferenciado, sendo inclusive a duração da infância reduzida. Por volta do século XII era provável que não houvesse lugar para a infância, as crianças eram reconhecidas como mini adultos, uma vez que a arte medieval a desconhecia e, nos retratos existentes elas são representadas no meio de adultos, bebidas e luxuria.

Devido ao caráter familiar do atendimento à criança pequena, as primeiras denominações das instituições infantis fazem uma referência a esse aspecto, como o termo francês “creche” que significa manjedoura, presépio. E o termo italiano “asilo nido” que significa um ninho que abriga (KUHLMANN, 1998).

Em relação ao atendimento a infância no Brasil é interessante ressaltar que, por longos anos, o Estado foi omisso no que diz respeito à criação de instituições voltadas a esse objetivo e também na manutenção daquelas já existentes, que eram fundadas e mantidas por organizações e instituições cívicas e voluntárias (NASCIMENTO, 2015).

A creche é uma instituição que teve sua origem fortemente marcada pela filantropia e benemerência. As populações economicamente carentes eram entregues aos cuidados da Igreja Católica através de algumas instituições, entre elas as Santas Casas de Misericórdia, tais instituições atuavam tanto com os doentes quanto com os órfãos e desprovidos (LORENZI, 2016).

Como iniciativa de atendimento a infância brasileira, existia institucionalmente, até o ano de 1874, a Casa dos Expostos ou Casa da Roda, criada na Europa, este sistema foi implantado no Brasil por volta do século XVIII, em que se destinava ao acolhimento de crianças abandonadas pelos pais. Porém, na realidade, quase todos os pequenos expostos nem chegavam a idade adulta. A mortalidade dos expostos sempre foi a mais elevada de todos os segmentos sociais do Brasil, em todos os tempos - incluindo neles os escravos (MAGALHÃES, 2015).

De acordo com Marcilio (2007) a roda dos expostos foi praticamente a única instituição de assistência a criança abandonada em todo o Brasil por quase um século e meio. Pois, as municipalidades tinham o dever, por imposição das Ordenações do Reino, de amparar toda criança abandonada em seu território. Porém, esta assistência, quando existiu, não instituiu nenhuma entidade especial para acolher os pequenos desamparados. Nesse sentido, as famílias que encontravam as crianças abandonadas criavam os expostos “por espírito de caridade”, que, na maioria dos casos serviam na verdade como uma importante mão de obra familiar suplementar, fiel, reconhecida e gratuita: dessa forma, melhor do que a escrava.

No que se referem oficialmente as instituições de ensino, o jardim de infância criado em 1840 na Alemanha por Froebel, foi a primeira experiência em atendimento das crianças de 3 a 7 anos.

A partir da Revolução Industrial, iniciou-se também um processo de necessidade pública de antigos saberes dos trabalhadores, assim provocou mudanças nas condições e exigências educacionais das novas gerações introduzindo abertura para um pensamento pedagógico, impulsionando a discussão sobre a escolaridade obrigatória nos séculos XVIII e

XIX em vários países da Europa, dessa maneira a criança passa a ser vista pelos adultos, como o centro do interesse educativo (DORIGO; NASCIMENTO, 2007).

Diferenciando-se de países industrializados, o Brasil dá início somente à organização das primeiras creches no início do século XX, com uma clientela composta basicamente de filhos de indigentes e órfãos. Em São Paulo, as creches atendem principalmente o contingente de mulheres e crianças na extrema miséria, que aumentam os núcleos urbanos, fruto do deslocamento de populações, pobres, em busca de melhores condições de vida (KISHIMOTO, 1988).

Dessa maneira, percebe-se que o surgimento de instituições educacionais para a primeira infância sofreu um intenso processo de transformações, que partem desde a necessidade de compreender a criança e a infância como uma fase do desenvolvimento humano, assim como o direito à educação. Sendo possível observar a importância das mudanças no âmbito social, cultural e histórico no que se refere à construção da implementação das instituições de ensino para esta fase.

Políticas Públicas para Educação Infantil no Brasil

O comprometimento estatal com a criança e manutenção das creches no Brasil ocorreram de forma relativamente tardia, atendendo, principalmente, as reivindicações de grande parcela da população que necessitava desse tipo de serviço, como as classes operárias (SPADA, 2005).

Alguns dos estudiosos da história da política da infância no Brasil (Kuhlmann Júnior, 2001; Kramer, 2003; Oliveira, 2005) descrevem que as primeiras experiências de ações e programas destinados às crianças eram voltados à infância “desvalida”. No período precedente à República, as iniciativas isoladas de proteção à infância, realizadas através de entidades de amparo, orientavam-se para o combate das altas taxas de mortalidade infantil. (ANDRADE, 2010, p. 132)

De acordo com os estudos de Kuhlmann (2000) a incorporação das creches aos sistemas educacionais não necessariamente tem proporcionado a superação da concepção educacional assistencialista. De maneira, que a educação infantil brasileira só começou a viverem intensas transformações a partir do final da década 1980.

Tais mudanças na Educação Infantil foram ancoradas principalmente no direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, que identifica no art.208,§ IV “[...] atendimento em creche e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade”. Pela primeira vez no Brasil uma Constituição Federal referiu-se às garantias da efetivação do dever do

Estado para com a educação infantil. Este é um dos aspectos centrais para essa primeira etapa de educação, pois deixa claros a obrigação do Estado de oferecer e o direito da criança de zero a seis anos de receber essa educação em creches e pré-escolas (MOREIRA; LARA, 2012).

De acordo com Oliveira (2002) na década de 1990, ocorreu uma ampliação sobre a concepção de criança. Neste momento, procura-se entender a criança como um ser sócio histórico, onde a aprendizagem se dá pela relação entre a criança e seu entorno social. Essa perspectiva sócio interacionista tem como principal teórico Vygotsky, que enfatiza a criança como sujeito social e figura fundamental na ampliação das ferramentas culturais que dão suporte no seu desenvolvimento.

“As transformações ocorridas com relação à oferta da educação, em especial, aos menores de cinco anos, são resultantes das necessidades em priorizar a qualidade da assistência a esta faixa etária valorizando o seu desenvolvimento integral” (MORGAN; SILVA; KNACKFUSS; MEDEIROS, 2014 p. 32).

Nesse contexto, fortalece-se a nova concepção de criança enquanto cidadã. De forma que, em 1990 cria-se o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) criado pela Lei 8.069, o ECA representa um marco jurídico que instaurou a proteção integral e uma carta de direitos fundamentais à infância e à juventude. O ECA contribuiu para muitas mudanças, dentre elas: as políticas públicas de atendimento à infância e juventude, que estabeleceu uma maior participação da sociedade civil, poderes públicos e dos municípios em ações de proteção e assistência social (ANDRADE, 2010).

Por outro lado, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) em 1996, visou prioritariamente o Ensino Fundamental, e alocou os recursos financeiros para o crescimento e desenvolvimento do mesmo, deixando a educação infantil dependente dos baixos investimentos das Secretarias de Assistência Social (OLIVEIRA, 2002).

Em 2007, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da educação Básica e Valorização dos profissionais da Educação, com o objetivo de garantir recursos adequados para a educação infantil, através de rateamento dos mesmos conforme o número de matriculados na educação básica, além de restaurar os danos gerados pelo FUNDEF no sistema educacional brasileiro, especificadamente na educação infantil (MORGAN; SILVA; KNACKFUSS; MEDEIROS, 2014).

Segundo Moreira; Lara (2001) a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, a legislação nacional passa a reconhecer que as creches e pré-escolas (Educação Infantil) para crianças de 0 a 6 anos, são parte do sistema educacional da primeira etapa da Educação Básica, formalizando também a municipalização dessa etapa de ensino. A Constituição também assegurou os direitos sociais das crianças e adolescentes, visando à qualidade nos serviços prestados não só a educação, mas na saúde e direitos fundamentais como alimentação, dignidade, liberdade, convívio familiar e social.

Como fruto desse processo democrático na educação junto com a reorganização nas estruturas políticas e econômicas do país, tem a LDB, que resultou no reconhecimento e valorização da educação infantil, não apenas como a primeira etapa da educação, mas como a mais importante para o desenvolvimento intelectual, afetivo e motor de crianças, principalmente a partir dos 3 anos de idade (OLIVEIRA, 2002). De acordo com as diretrizes:

A educação infantil é a primeira etapa da Educação Básica. Ela estabelece as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional, da socialização. As primeiras experiências da vida são as que marcam mais profundamente a pessoa. Quando positivas, tendem a reforçar, ao longo da vida, as atitudes de autoconfiança, de cooperação, solidariedade e responsabilidade (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO, 2010 p.40).

Diante disto, ampliou-se a preocupação em atender o público infantil de acordo com seus direitos estabelecidos por lei, portanto a educação infantil é subdividida em duas fases: o atendimento de crianças de 0 a 3 anos seria por meio de creches ou instituições equivalentes, já as crianças de 4 a 5 anos seria responsabilidade da pré-escola. (MORGAN; SILVA; KNACKFUSS; MEDEIROS, 2014).

Em 1998, é criado o RCNEI (Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil), um documento que procura nortear o trabalho realizado com crianças de 0 a 6 anos de idade. Ele representa um avanço na busca de se estruturar melhor o papel da Educação Infantil, trazendo uma proposta que integra o cuidar e o educar (OLIVEIRA, 2002).

No entanto, esse documento, embora visto como um avanço gera controvérsias na sociedade e na academia: [...] por um lado, situa a educação infantil como lugar de construção da identidade e da autonomia da criança, por outro lado, a estruturação dos conteúdos e metodologias mostra a preocupação com a antecipação dos conteúdos do ensino fundamental (KUHLMANN, 2000).

O delinear dos acontecimentos históricos de implementação de políticas públicas no Brasil ainda conta com a criação do PNEI (Plano Nacional De Educação Infantil) em 2001, implementado para contribuir e consolidar as políticas para a infância considerando as crianças como cidadãos e, portanto, sujeitos de direito, assim como a busca pela efetivação

da educação e formação integral da criança. De forma a orientar os sistemas de ensino, em conformidade com a legislação vigente, na perspectiva do fortalecimento institucional da Educação Infantil, promovendo a valorização dos professores da Educação Infantil, por meio de formação inicial e continuada e sua inclusão nos planos de carreira.

Os Centros de Educação Infantil como Políticas Públicas Educacionais e a Primeira Infância no Sistema de Ensino de Sobral

De acordo com os dados do IBGE (2010) e o Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) existem 17.168 crianças de 0 a 06 anos residentes em Sobral, destas 4.068 são crianças cadastradas no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal, em que o perfil é de famílias com renda de até 03 salários mínimos.

A Prefeitura de Sobral tem se dedicado para desenvolver um especial cuidado de administração para combater o analfabetismo entre crianças em idade escolar, diminuir a evasão, bem como garantir às crianças pleno acesso à educação.

O ano de 1997 foi um importante marco, pois até este ano, não existiam políticas públicas voltadas para primeira infância em nosso município, começou junto com organizações governamentais e não governamentais elaborar um conjunto de ações que visavam acompanhar a criança desde a gestação até a maturidade, com destaque para aquelas que vivem em situação de risco pessoal ou social, buscando o seu pleno desenvolvimento.

Em 1997, ainda que o atendimento ao Ensino Fundamental fosse a prioridade, a Secretária de Educação iniciou o processo de integração da Educação Infantil modalidade pré-escola (crianças de 4 a 6 anos) ao sistema de ensino, pois naquele momento as escolas do município não tinha estrutura física adequada e nem salas de aula suficientes para a demanda educativa. Neste ano, Sobral contava com 50 creches, sendo 18 municipais e 32 comunitárias, conveniadas com o Estado. Das Escolas Municipais, 80 delas atendiam crianças de 4 a 6 anos.

A concepção de trabalho apoiava-se na lógica da prontidão, alimentação e guarda de crianças - cunho assistencial. Além disso, as crianças atendidas nestas creches apresentavam uma duplicidade de atendimento, já que frequentavam $\frac{1}{2}$ horário as creches municipais e $\frac{1}{2}$ horário as creches comunitárias conveniadas com o Estado.

A primeira ação apresentada pelo município, tendo em vista a garantia de atendimento de qualidade às crianças de 0 a 6 anos, foi o fechamento das 18 creches municipais existentes que não ofereciam condições mínimas de funcionamento. A partir daí, foi iniciado o processo de municipalização da Educação Infantil com a criação do Programa de Centro Comunitário

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

de Educação Infantil - CCEI, onde inicialmente 3 creches funcionavam em regime de cogestão comunitária. Das 3, 2 recebem recursos da Prefeitura para compra alimentação, material pedagógico e pagamento de pessoal, e, a outra, que funciona em regime de creche e berçário para atendimento de 230 crianças, recebe verba em convênio com o PROARES - Programa de Apoio às Reformas Sociais. Cabe à Fundação de Ação Social supervisionar o trabalho e dar assistência técnica a estas creches.

Continuando o processo de municipalização da Educação Infantil, em 1998 a Secretária de Saúde e Assistência Social, através da Fundação de Ação Social, iniciou o gerenciamento de 22 creches do Programa Ação Continuada, que passaram a funcionar no modelo de CCEI, em regime de cogestão com as associações comunitárias que gerenciam as creches e recebem ajuda do Ministério da Previdência e Assistência Social. Além disso, das 22 creches, 16 recebem merenda escolar do município e 7 recebem pagamento de 18 funcionários pela Secretária de Educação.

Em 2000, a Secretária de Educação do Município continuou o processo de integração das crianças de 4 a 6 anos - modalidade pré-escola, nas escolas de sua rede, aumentando o número de crianças atendidas em 1997 de 5.931 para 6.975 neste ano.

Em função do processo de municipalização e objetivando a mudança de concepção em relação ao atendimento às crianças de 0 a 6 anos, a Secretaria de Saúde e Assistência Social, através da Fundação de Ação Social, em parceria com a Secretaria de Educação, constituiu uma equipe responsável pelas creches (0 a 3 anos), para o trabalho de supervisão e orientação. A ação inicial desta equipe foi um diagnóstico da situação em que se encontrava cada creche. A partir deste diagnóstico várias ações passaram a ser realizadas:

- Mapeamento de todo o município de Sobral, objetivando verificar as áreas cobertas pelo atendimento à Educação Infantil, bem como as áreas descobertas;
- Atendimento as crianças de famílias em contexto de vulnerabilidade, contribuindo para o acesso a uma educação de qualidade que garanta o pleno desenvolvimento da criança.
- Construção de um cardápio balanceado com alto valor nutritivo e valorização de alimentos naturais, que foi repassado a todos os estabelecimentos;
- Doação de um KIT Pedagógico a todas as unidades (jogos educativos, brinquedos, livros de literatura infantil, fantoches);
- Doação de um KIT de primeiros socorros a todos os estabelecimentos;

- Criação de fardamento próprio para as crianças da Educação Infantil;
- Criação, em parceria com a Secretaria de Educação do Município, de uma Proposta Pedagógica e Curricular unificada para a Educação Infantil;
- Encontros pedagógicos bimestrais e planejamentos pedagógicos mensais com a equipe de professores das creches.

Apesar do aumento qualitativo no atendimento das crianças da Educação Infantil no município de Sobral, sabemos que o processo é gradual. Várias ações ainda requerem debates, envolvimento e planejamento. Uma questão que vem necessitando de ressignificação diz respeito à criação de um currículo para educação infantil do município e a estrutura física dos anexos e principalmente das casas nos distritos onde acontece o atendimento dessas crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, em vista dos argumentos apresentados é possível compreender o quão importante é a existência dos Centros de Educação Infantil que com base na sua atuação Legal atende a um público com faixa etária de 0 a 6 anos e de especificidades a serem trabalhadas dentro da educação escolar. De forma que neste caso, exerce também grandes contribuições dentro do contexto socioeconômico de famílias e estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Neste contexto, os Centros de Educação Infantil do município de Sobral possui muitas atribuições e contribuições no que se refere às famílias mais carentes por exemplo, uma vez que se observa um olhar direcionado ao pleno desenvolvimento das crianças inclusas neste contexto. Além disso, as crianças conseguem desfrutar de uma alimentação nutritiva, parquinho, espaço para brincadeiras e salas adaptadas a idade das mesmas e a uma aprendizagem de qualidade que não preconiza o ensino apenas de conteúdos, mas também para uma formação socioeducativa.

Assim sendo, compreende-se que a escola consegue promover frente a sua influência educacional e social um sentimento nas famílias e nas crianças de valorização, inclusão e respeito que mesmo oprimidas, ainda podem enxergar maneiras de luta por meio de pessoas que reconhecem sua importância na sociedade. Nesse sentido, se percebeu também que a escola trabalha em prol de uma escuta mais sensível diante das problemáticas enfrentadas

pelos famílias, na busca de que ocorra uma desestigmatização dos perfis já construídos socialmente.

Diante disso, verifica-se, para tanto, que a complexa relação entre educação e pobreza, diante do exemplo aqui exposto, não deve ser tratado como conceitos opostos que não podem ser trabalhadas e discutidas, apenas por possuir fatores que possam dificultar o processo de aprendizagem. Infelizmente, a rede municipal de ensino ainda não consegue cobrir toda a clientela de alunos do infantil, mas caminha para que em breve essa seja a realidade vigente.

Em suma, o sistema de ensino do município de Sobral ao investir na Educação Infantil como passo primordial para a garantia de uma educação de qualidade, compreende que é durante a infância que os valores, as bases cognitivas, sociais e afetivas se formam e influenciam todo o restante do desenvolvimento humano, e que qualquer criança independentemente de seu contexto socioeconômico tem o direito de desfrutar de forma plena e integral do seu direito de ser e estar no mundo. De modo que, tanto as famílias como os gestores educacionais também precisam estar comprometidos com o desenvolvimento integral dos estudantes por meio da educação, a fim de construir um futuro diferente para estas crianças.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. **Educação Infantil: discurso, legislação e práticas institucionais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S/A, 1981.

AUGUSTO, Cleicle Albuquerque et al. **Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011)**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 51, n. 4, p. 745-764, 2013.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 16/7/1990, p.13.563. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 30 set. 2017

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CAMPOS, ROSEMBERG, F., FERREIRA, I. **Creches e pré-escolas no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Cortez, FCC, 1995.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal 2010.

KISHIMOTO, T. M. **À pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)**. São Paulo: Loyola, 1988.

KUHLMANN JR, M. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KUHLMANN JÚNIOR, M. **Histórias da educação infantil brasileira**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.14, p. 5-18, maio/ago. 2000.

MARCILIO, M.L. (1997). **A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil colonial: 1726-1950**. Em: Freitas. M. (Org.). História Social da Infância no Brasil. São Paulo: Cortez.

MORGAN, Dimas Anaximandro da Rocha et al. **As políticas públicas no contexto da educação infantil brasileira**. Construção psicopedagógica, v. 22, n. 23, p. 51-58, 2014.

NASCIMENTO, Edaniele Cristine Machado do. **PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: EDUCAÇÃO OU ASSISTÊNCIA?**. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17479_9077.pdf Acesso em: 30 set. 2017.

SILVA, Patricia Terezinha da. **A infância multifacetada: Representações e práticas discursivas no Paraná do início do século XX**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2007. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2007_SILVA_Patricia_Terezinha_S.pdf Acesso em: 30 set. 2017.

OLIVEIRA, V. B. **O brincar e a criança do nascimento aos 6 anos**. São Paulo: Vozes, 2002.

SPADA, Ana Corina Machado. Processo de criação das primeiras creches brasileiras e seu impacto sobre a educação infantil de zero a três anos. **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia**. São Paulo, vol.05, 2005. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/iG3tNqxQCLnBRLr_2013-6-28-12-6-20.pdf Acesso em: 30 set. 2017.

TREINTA, F. T. et al. Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. **Revista Produção**, v. xx, n. x, UFF, Niterói, RJ, Brasil. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/prod/2013nahead/aop_prod0312.pdf. Acesso em: 15, agosto, 2019.